

Direita e Esquerda na Opinião Pública Paulistana

Autoria: Alessandra S. RIBEIRO, Larissa A. FERNANDES, Leonardo Paes D. FERNANDES

RESUMO

Palavras-chave: Esquerda. Direita. Opinião pública. *Survey*. Eleições paulistanas.

ABSTRACT

Key-words: Left. Right. Public opinion. *Survey*. São Paulo Mayor Elections.

1. Introdução

“Esquerda” e “Direita” são expressões presentes e recorrentes tanto no senso comum, nos discursos político e midiático, quanto na literatura política e sociológica especializada. Os termos são, muitas vezes, tomados como tendo um sentido unívoco, sendo invocados em diversos contextos como atalhos para uma miríade de ideias que, mesmo não-expressas, aparentam se apresentar de forma clara àqueles que as mobilizam e àqueles que se deparam com tais conceitos. Nesse contexto, urge analisar a forma pela qual essas categorias são absorvidas e mobilizadas pela opinião pública. Mais especificamente, quais os sentidos que assume a divisão esquerda/direita, quando aceita pelo eleitorado paulistano? São coerentes com os sentidos discutidos na Sociologia e na Ciência Política? De que forma essa divisão ainda é válida e como ela se mostra no eleitorado paulistano?

O presente artigo tem como proposta refletir sobre a atualidade das categorias “direita” e “esquerda”, bem como a permanência e validade dos conceitos, com base na forma em que aparecem na opinião pública. Tomando como recorte analítico o eleitorado paulistano, a partir da coleta de dados em um *survey* eleitoral¹, busca-se responder a duas questões: 1) como são compostas as parcelas da opinião pública que assumem alguma posição, ou não se identificam com os termos, a partir da autoclassificação no espectro político-ideológico direita-centro-esquerda? e 2) para além da autoclassificação, que

outros componentes comportamentais, atitudinais e de opinião pode-se mensurar, que apontem de forma consistente para o lugar político-ideológico do eleitorado? Examinando os posicionamentos relativos a questões de economia política (distributivismo e papel do Estado), a políticas de reconhecimento identitário, e ainda os diferentes níveis de socialização e engajamento político do eleitorado, sustenta-se a existência de tendências definidas para a adesão ou não às categorias “direita”, “esquerda” e “centro”, assim como a possibilidade de localizar os que não se situam no espectro pela autotclassificação.

Partindo de um breve apanhado da extensa literatura a respeito e atentando para os dados coletados, buscamos compreender como os conceitos de direita e esquerda se apresentam e como se relacionam com outros aspectos do eleitorado paulistano, discutindo-se em que medida tal divisão permanece atual e de que maneira ela se mostra eficiente para entender na dinâmica das eleições do município em 2016. Cruzando-se a autodeclaração dos indivíduos na divisão esquerda-direita com perguntas elaboradas para captar aspectos sociodemográficos, comportamentais e atitudinais, o artigo pretende contribuir para a compreensão de como tais conceitos estão presentes no imaginário e no comportamento eleitoral dos paulistanos.

2. Revisão Bibliográfica

Há pouco mais de duas décadas Norberto Bobbio (1995) sustentou que a divisão entre esquerda e direita é mais uma representação de uma disposição humana de se pensar de forma binária. A dupla esquerda-direita é uma díade que interpreta o universo como sendo composto de entes divergentes, que se opõem, ou seja, que não podem se combinar. Direita e esquerda são antônimos utilizados para descrever o contraste entre ideologias de pensamento e ações políticas. Para Bobbio são mutuamente excludentes e exaustivos (não se combinam, e contemplam todos os casos), e sobre esse par pode-se fazer um uso descritivo (representação das duas partes), axiológico (exprimindo um juízo de valor a respeito de uma das partes), ou histórico (assinalando mudanças históricas no espectro político de uma entidade).

As reflexões do autor partem da afirmação, já então corrente, de que tal divisão já

não faria mais sentido, não tendo mais nenhum valor heurístico, classificatório ou avaliativo. São várias as razões para essa tese:

Em primeiro lugar estaria a crise das ideologias como razão para se prescindir da divisão entre direita e esquerda. O autor afirma que as ideologias não desapareceram, mas sim que as velhas foram substituídas por novas e que a “árvore das ideologias está sempre verde”. “Além do mais, [...] não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise.” (BOBBIO, 1995, p. 33). Além disso, esquerda e direita não são redutíveis a um mero espectro ideológico: indicam programas que referem-se também à política, ou seja, a ação e a valoração do mundo, e não somente às ideias. Pode-se debater a validade dos nomes para entidades que mudaram tanto seu conteúdo com o passar do tempo.

Em segundo lugar, o autor apresenta o aumento da complexidade do universo político, que é dado igualmente como razão, onde seria inadequada a divisão entre duas partes nitidamente contrapostas. Coloca-se que a democracia pressupõe uma pluralidade não-excludente de ideias e movimentos políticos, sendo uma antítese assim insuficiente para abrangê-la. Para tal ideia há o chamado “terceiro incluído”, que seria o centro do espectro representando uma ideia de “nem-nem”, ou seja, de um espaço que permite conciliação sem que invalide a contradição entre os extremos. Nos sistemas plurais o terceiro incluído tende a ocupar a maior parte do espectro, o que não elimina a antítese originária, pressupondo, na verdade, a antítese para sua própria definição.

Em terceiro, Bobbio expõe que se sugere que a díade perdeu seu valor descritivo perante uma sociedade que enfrenta contínua transformação e novos problemas políticos que não se inscrevem na dicotomia. O autor aponta o movimento dos Verdes que não está no meio nem além, mas sim se movimenta por e através dos extremos, desautorizando a divisão. O autor, no entanto, afirma que tais movimentos aparentemente a-espectrais na verdade acabam por afirmar a divisão, já que suas justificativas modificam-se de acordo com sua posição relativa no espectro, ainda que de maneira inconsciente. Além do mais, esses novos questionamentos são absorvidos pelas velhas ideologias sem que se modifiquem suas fundamentações mais básicas, somente se adaptando a nova problemática a uma já estabelecida concepção de mundo e de política.

Mas, por fim e principalmente, Bobbio avalia que não se faz necessário, para desacreditar a dicotomia, demonstrar sua fundamentação ideológica como errada, ou desautorizar por sua imprecisão em dividir o mundo plural em duas partes, ou ainda apontar seu anacronismo perante problemas atuais. Sendo uma dicotomia, os dois lados só tem sentido relacional, ou seja, dependem um do outro para sua existência. Assim, para se ultrapassar a divisão entre esquerda e direita, bastaria esvaziar um dos termos. O motivo derradeiro para se negar a díade não seria à reciprocidade da queda dos extremos, mas sim a constatação de que as etiquetas tornaram-se ficções, ou seja, os nomes não mais indicam as diferenças que dizem indicar, sendo que os partidos organizam-se e orientam-se de maneiras análogas frente a miríade de problemas políticos modernos.

No entanto, as expressões “esquerda” e “direita”, como coloca o autor, não perderam seu significado no uso político. Os termos ainda são utilizados e quem os usa entende o significado que carregam - não são palavras vazias. “Não deve surpreender que, em um universo como o da política, constituído de modo eminente por relações de antagonismo entre partes contrapostas [...], o modo mais natural, simples e mesmo comum de representar aquelas relações seja uma díade ou uma dicotomia.” (BOBBIO, 1995, p. 66). Desta forma, é necessário que se compreenda como os termos são utilizados e validados no discurso e na prática política de cada contexto histórico específico.

Já Anthony Giddens, no livro “Para Além da Esquerda e da Direita: O futuro da política radical” (1996), expõe sua análise de um novo contexto social, altamente influenciado pela globalização, capaz de transformar tempo e espaço (GIDDENS, 1996, p.13), assim como pelo o que ele classifica como declínio da tradição e da natureza. Nesse contexto, as relações são permeadas por maior *reflexibilidade social*, que, aliada ao desenvolvimento tecnológico produz a *incerteza artificial*, diretamente relacionada aos riscos criados pela interferência do ser humano na própria história e na natureza (GIDDENS, 1996, p. 93).

A partir dessa alteração da relação com o desenvolvimento social moderno, o autor reconhece um esgotamento das categorias “direita” e “esquerda”. Teria ocorrido, segundo ele, uma inversão nas posições, em que a esquerda teria se tornado conservadora, mediante a necessidade em preservar a manutenção das conquistas do

welfare state; enquanto a Nova Direita neoliberal seria mais radical e transformadora, apoiada na negação da tradição (*idem*). Com esse quadro, acredita o autor, há uma exaustão das ideologias políticas recebidas, onde as categorias “esquerda” e “direita” não são mais capazes de captar os indivíduos em suas demandas.

Nesse sentido, o autor defende que uma política radical seja reconstituída aliando fatores relativos ao socialismo e ao conservadorismo filosófico. Para Giddens, é preciso conciliar o que ele chama de *política de vida* a uma *política gerativa*, em suma, políticas voltadas para o desenvolvimento da autonomia de ação, em que a mobilização independente por parte dos sujeitos é valorizada (GIDDENS, 1996, p. 23). Essa posição se deve, em parte, às críticas do autor ao papel desmobilizante do *welfare state*, assim como a posição privilegiada dada aos movimentos sociais. Assim, o autor propõe um desenvolvimento crítico sobre si das ações políticas na contemporaneidade, coisa que não faria mais sentido dentro da polarização esquerda/direita.

A partir dessas concepções e das análises que a literatura nos fornece a respeito de como “esquerda” e “direita” são mobilizados e operam na sociedade, buscaremos compreender como tal divisão se apresenta no universo que pesquisamos - a cidade de São Paulo, analisando, primeiramente, como o eleitorado se divide quando pode se autoclassificar e, em seguida, como o eleitorado se divide em questões comportamentais, valorativas e políticas - tradicionalmente associadas a posicionamentos dentro desse espectro ou outros relacionados, tentando compreender como que a dicotomia se apresenta e se relaciona com os demais aspectos da vida analisados.

3. A mensuração da autoclassificação em “Esquerda-Direita”

Na pesquisa aqui exposta utilizou-se em várias perguntas a técnica do *split ballot* como ferramenta experimental e auxiliar para o teste de algumas hipóteses². Foram elaboradas perguntas à primeira vista idênticas, ou voltadas para captar um mesmo fenômeno, mas com formulações controlada e pontualmente diferentes, podendo-se assim testar o efeito dessas diferenças nos resultados obtidos. Para tanto, os questionários foram divididos em A e B, aplicados a respectivas sub-amostras. Analisamos aqui em especial a pergunta da autoclassificação no espectro político-ideológico, elaborada a

partir dessa técnica: a pergunta 31, separada em 31A e 31B.

3.1. O *split-ballot* e sua utilização em *surveys*

Thomas Petersen (2008), em seu artigo para o *The SAGE handbook of public opinion research* intitulado *Split Ballot as an Experimental Approach to Public Opinion Research* destaca que o desenvolvimento de métodos experimentais se mostra crucial para o desenvolvimento do próprio campo científico. A vantagem do experimento é produzir evidência causal, já que, quando os cientistas intervêm de maneira controlada, é possível determinar fatores empíricos dos quais o fenômeno depende (em vez de somente se especular).

Um dos experimentos que as ciências sociais dispõe é o *split ballot*, utilizado em pesquisas representativas de tipo *survey*. Como o autor coloca:

The basic principle of the split-ballot experiment is quite simple: within the framework of a standardized representative survey, the sample is randomly **divided into two** (or more) subsamples of equal size. [...] Respondents in each subsample are interviewed simultaneously and under the same conditions, using a questionnaire that **differs with respect only to individual details** from group to group, for example, the **wording of a certain question, the order** in which two questions are presented **or the illustrative materials** that are presented along with the question. These variations in the questionnaire **represent the experimental stimulus** to which respondents in the experimental group(s) are exposed (PETERSEN apud DONSBACH, W. & TRAUGOTT, M., p. 324) (grifos nossos)

Os autores Donald Rugg e Hadley Cantril, no artigo intitulado *The wording of questions in public opinion polls*, destacam que a formulação e ordenação das perguntas desempenham um papel fundamental nos resultados que podem ser obtidos com um *survey*. Segundo afirmam, foi o reconhecimento da importância da formulação das questões que levou o *American Institute of Public Opinion* a inaugurar o método de *split ballot*. Os autores, nesse artigo, enfatizam como diferentes métodos de construção e ordenação das questões em uma pesquisa podem gerar resultados diferentes.

Para analisarmos especificamente a questão de autoclassificação no espectro construída em *split ballot*, importará aqui, principalmente³, a diferença entre respostas de múltipla escolha com variâncias diferentes. Os autores, apoiados na análise de pesquisas realizadas à sua época, destacam que as questões que contêm respostas de múltipla

escolha com maior variância (em geral, de natureza escalar), tendem a favorecer opiniões moderadas, de modo que podem também levar as pessoas a um maior não-posicionamento, quando frente a questões polêmicas. Assim, a vantagem da múltipla escolha seria permitir uma opinião mais precisa do que, por exemplo, uma estrutura de respostas dicotômica; as desvantagens seriam o risco de que uma grande sequência de alternativas possa entediá-lo o entrevistado, sacrificando a confiabilidade da resposta, bem como aumenta uma tendência de se escolher o meio-termo. Quando se elabora uma tricotomia de dois extremos e um meio, deve-se decidir se o meio estará exposto na pergunta ou somente nas respostas. Em questões pouco fundamentadas (na opinião pública) a inserção do meio na pergunta atrairia as respostas para tal.

À luz dessas considerações presentes na literatura metodológica, podemos então analisar especificamente os resultados obtidos na pesquisa aqui focada com a aplicação da técnica de *split ballot*.

3.2. A mensuração da autoclassificação de Esquerda-Direita

Como já mencionado, foi utilizada, em cada versão do questionário, uma pergunta que diretamente aferia a autoclassificação do entrevistado entre esquerda e direita - a pergunta P31. A pergunta é formulada no questionário A da seguinte maneira:

P31A. Quando o assunto é política, muita gente fala em atitudes ou idéias de esquerda e de direita. Aqui tem um desenho com essas posições. Onde você se coloca, levando em conta as suas próprias atitudes e idéias políticas? Por favor, mostre para mim qual desses quadradinhos representa melhor a sua posição:

ESQUERDA <=====> DIREITA								
1	2	3	4	5	6	7	8 não sabe	9 nenhu ma

Já no questionário B, a pergunta é formulada da seguinte forma:

P31B. Quando o assunto é política, muita gente fala em atitudes ou idéias de esquerda e de direita. Onde você se coloca, levando em conta as suas próprias atitudes e idéias políticas:

1. na esquerda

2. na direita ou

3. você não tem opinião sobre isso?

4. No centro (espontânea)

5. Outras respostas (espontânea)

Como podemos perceber, a principal diferença concerne à formulação das respostas. Retomando ao exposto por Rugg e Cantril, poderíamos dizer que a formulação da P31A segue um modelo de múltipla escolha, oferecendo um espectro de opções possíveis para o entrevistado escolher; enquanto a P31B apresenta-se enquanto uma pergunta tricotômica, apresentando apenas três possibilidades de respostas que não compõem um *continuum*, mas sim dois posicionamentos e um não-posicionamento. Vale destacar que, nessa pergunta, as opções 4. *Centro* e 5. *Outras respostas* foram espontâneas; isto é, não foram lidas ou apresentadas pelos entrevistadores para as pessoas entrevistadas.

A primeira formulação buscava ser mais abrangente e fluída quanto ao posicionamento político, possibilitando que o entrevistado se situasse mais livremente dentro do espectro de extrema esquerda à extrema direita, sem necessariamente recorrer aos extremos da polarização. Supomos que tal formulação - suposição baseada na literatura - permite um dado coletado de forma mais precisa. Já a segunda formulação, a princípio limitava a resposta à dualidade do posicionamento, mas ao mesmo tempo estimulou o não-posicionamento, destacando-o intencionalmente, na tentativa de minimizar os “falsos positivos” - ou seja, escolhas de *esquerda* ou *direita* que pudessem decorrer antes da falta de opções do que de identidades efetivamente partilhadas. A opção 5. *Centro*, de forma análoga, não foi explicitada, para se testar como tal posicionamento apareceria na amostra sem sua explicitação.

Os resultados obtidos são os que seguem:

P31A	
1. Extrema-Esquerda ⁴	5%
2. Esquerda	5%

3. Centro-Esquerda	14%
4. Centro	24%
5. Centro-Direita	15%
6. Direita	8%
7. Extrema-Direita	7%
8. Não Sabe / Não Respondeu	145%
9. Nenhum	8%

P31B	
1. Esquerda	14%
2. Direita	17%
3. Não tem Opinião	54%
4. Centro (espontânea)	12%
5. Outras respostas	4%

Como esperado, a primeira pergunta gerou uma maior desagregação das respostas, observando-se uma concentração nas posições centrais (o 4. *Centro* sozinho é a resposta prevalente, bem como os centros somados superam todas as outras somadas). Já na segunda pergunta, o não-posicionamento se mostrou prevalente, para além do esperado, explicitando as limitações da formulação da identidade político-ideológica na forma dicotômica esquerda-direita. Embora de forma indireta, já que o não posicionamento não constitui uma alternativa intermediária, esse resultado parece corroborar a afirmação de Rugg e Cantril, de que “providing a middle-ground position may allow people to avoid the issue” (RUGG, D.; CANTRIL, H., p. 479).

Para proceder com a utilização desses dados no cruzamento com outras perguntas e posterior análise, as respostas foram agrupadas como segue: na P31A, deixou-se o item 4. *Centro* sozinho, somando-se, então, os pontos 1, 2 e 3 como “Esquerda”, e os pontos 5, 6 e 7 como “Direita”. Essa decisão foi tomada partindo-se da premissa de que qualquer tendência na identificação, ainda que pouco acentuada, caracterizava o autopoicionamento político do entrevistado. Depois desse condensamento, somou-se P31A e P31B, obtendo-se o resultado que se segue para o total da amostra:

P31AB	
Esquerda	19%
Centro	18%
Direita	23%
Outras/Nenhuma/NS/NR	40%

Vale destacar, por fim, que a categoria denominada *Outras/Nenhuma/NS/NR* ficou

bastante expressiva por ter englobado a categoria 3. *Não tem Opinião*, da pergunta P31B.

4. Construção dos Índices e Análise dos Resultados

Conforme a abordagem teórica proposta na realização da Oficina de *Survey*, a construção dos questionários e a subsequente análise dos dados recolhidos seguiu algumas diretrizes teóricas que nos levaram a condensar as informações coletadas em índices, que poderiam de forma mais precisa nos dizer algo a respeito das questões levantadas. No presente artigo, para tratar sobre o perfil de Esquerda e Direita do eleitorado paulistano, utilizaremos os Índices de Engajamento, Socialização, Conservadorismo Econômico, Comportamento Identitário e Comportamento Punitivista.

A seguir explicaremos como foram construídos e após a exposição desses índices, procederemos ao cruzamento dos mesmos com a autoclassificação de Esquerda-Direita apresentada no item anterior, buscando compreender como essa divisão se associa a diferentes atributos do eleitorado paulistano.

4.1. Índice de Engajamento

Para que pudéssemos ver de que de que modo o engajamento, aqui entendido como a disposição das pessoas para agir politicamente, varia de acordo com a autoclassificação, elaboramos um índice composto pelas respostas às seguintes perguntas: **P27.** Você participa ou já participou de algum tipo de associação, entidade, sindicato, cooperativa, grupo ou movimento, seja de caráter religioso, esportivo, cultural, econômico ou político? Em quais você participa hoje? De quais você já participou?

P29. Se o voto não fosse obrigatório, o que você faria na eleição municipal deste ano:

1. com certeza votaria mesmo assim,
2. talvez votasse, talvez não ou
3. com certeza não votaria?
4. Outras respostas
5. não sabe

P38. Desde junho de 2013 aconteceram várias manifestações nas ruas em diferentes cidades do Brasil, algumas aqui em São Paulo. Você foi pra rua participar de alguma dessas manifestações? *Mais ou menos* de quantas manifestações nas ruas você participou, desde junho de 2013?

A P27 foi elaborada de forma a coletar múltiplas respostas espontâneas, classificadas pelo entrevistador em uma de quinze categorias. Essas categorias foram

agrupadas em dois blocos:

Associações de caráter politizante	Associações que podem ou não assumir caráter politizante
Associação comunitária, de moradores ou sociedade de amigos do bairro	Associação de defesa do consumidor
Partido político	Grupo de defesa do meio ambiente ou ecológico
Sindicato de trabalhadores ou associação profissional	Clube, associação esportiva, recreativa ou de lazer
Entidade ou movimento ligado aos direitos de grupos discriminados (mulheres, negros, indígenas, LGBT, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com necessidades especiais ou outro)	Grupo artístico ou cultural (música, hip hop, grafite/pichação, bandas, teatro, dança, literatura, fotografia, vídeo, cinema, etc)
Associação estudantil, grêmio, centro acadêmico ou união de estudantes	Entidade ou grupo de mídias alternativas ou mídias livres (rádios, murais, revistas e jornais locais, blogs, etc)
Associação, conselho ou movimento ligado a saúde, moradia, educação ou transportes	Grupo ou associação de trabalho voluntário não religioso.
	Grupo religioso que faz ações sociais ou políticas
	Outros

As respostas aqui obtidas foram separadas de acordo com a seguinte pontuação: os entrevistados que indicaram participação em associações de caráter politizante *atualmente* receberam a pontuação 4; a participação atual em associações de caráter pouco ou dubiamente politizante receberam a pontuação 2; a participação *no passado* em associações de caráter politizante recebeu a pontuação 2; a participação passada em associações de caráter pouco ou dubiamente politizante receberam a pontuação 1; e, por fim, a não-participação, seja no passado ou no presente, recebeu a pontuação 0. Aqui, entende-se que a participação atual possui peso maior na socialização política do que a participação passada; assim como a participação em organizações explicitamente políticas conferem maior peso para a socialização política, justificando-se, desta forma, a escolha na distribuição de pontuações, a fim de se ponderar participações de diferentes qualidades e intensidades de associativismo político.

As múltiplas respostas foram então agrupadas em uma única variável com valores de 0 a 16. Após a definição de pontos de corte, chegamos ao seguinte índice prévio:

Grau de associativismo				
	(0) Nenhum	(1) Baixo	(2) Médio-alto	Total
Frequência	251	105	55	411

Percentual	61%	26%	13%	100%
Pontos de corte	0	1 a 3	4 a 16	

Em seguida, modificamos a P29 para realocar os casos de “não sei” e de não resposta, obtendo a seguinte distribuição de frequência:

Votaria se não fosse obrigatório?				
	(0) Com certeza não votaria	(1) Talvez votasse, talvez não	(2) Com certeza votaria mesmo assim	Total
Frequência	150	79	182	411
Percentual	37%	19%	44%	100%

E por fim, reagrupamos a P38, classificando como baixa participação o comparecimento em até três manifestações e média ou alta participação o comparecimento em quatro ou mais manifestações.

Participação em manifestações				
	(0) Nenhuma	(1) Baixa (até três)	(2) Média/Alta (quatro ou mais)	Total
Frequência	341	45	25	411
Percentual	83%	11%	6%	100%

Essas três variáveis foram então somadas para gerar uma nova variável, com valores entre 0 (nenhum grau de associativismo, não votaria se não fosse obrigatório e não foi a nenhuma manifestação) e 6 (tem grau de associativismo médio/alto, votaria se não fosse obrigatório e foi a quatro ou mais manifestações). Com a definição de pontos de corte nessa variável, foi criado o índice de engajamento a seguir:

Índice de Engajamento				
	Não engajado/a	Um pouco engajado/a	Engajado/a	Total
Frequência	178	178	55	411
Percentual	43%	43%	13%	100%
Pontos de corte	0 a 1	2 a 3	4 a 6	

4.1.1. Autoclassificação e engajamento político

O cruzamento do índice de engajamento criado e da autoclassificação em esquerda-direita apresenta o seguinte resultado:

Autoclassificação e Engajamento Político			
	Engajado(a)	Um pouco engajado(a)	Não engajado(a)
Esquerda	35%	19%	14%
Centro	17%	19%	17%
Direita	30%	26%	19%
Outras/Não sei	19%	36%	50%
Total	100%	100%	100%

Como pode-se observar, dentre aqueles classificados como engajados, a maior parte (35%) se classifica como sendo politicamente de esquerda, seguido por 30% se classificando como sendo de direita, e a menor fatia correspondente ao centro (17%). Dentre os classificados como não-engajados, metade não se colocou no espectro esquerda-direita, e 19% (o maior valor deste grupo) colocou-se na direita.

O que podemos apreender deste cruzamento é que o engajamento político, primeiramente, é diretamente proporcional à autoclassificação: quanto maior o engajamento, maior a quantidade de pessoas que se colocam em algum lugar do espectro esquerda-direita, em contraste com aquelas que não se identificam nos pontos ou categorias do espectro. Em segundo lugar, é interessante observar também que aqueles que se engajam tendem a ser mais de esquerda do que de direita, e mais ainda do que de centro. E vice-versa, no caso da esquerda: conforme se diminui o engajamento a tendência é um esvaziamento da esquerda, ainda que sem aumento do centro e da direita. Por fim, destaca-se a alta taxa de não identificação no espectro entre os não-engajados.

4.2. Índice de Socialização

A socialização política é entendida na literatura como um processo de formação de atitudes frente à política, que se inicia muito antes dos indivíduos começarem a votar e que é reflexo do ambiente social imediato - composto em um primeiro momento pela família e em um segundo momento por outras pessoas de convívio próximo, como

amigos, colegas de escola, trabalho ou da igreja - no qual ele está inserido. Nas palavras de Figueiredo, “[...] o comportamento político é função do ambiente social – no qual ocorre a socialização política ao longo do tempo – e do conjunto de atitudes que se consolidam nesse processo.” (FIGUEIREDO, 1991, p. 21). Como uma forma de tentar tornar essa socialização mensurável, utilizamos as perguntas P6, P23a e P24a para criar um índice de socialização.

P6. *Mais ou menos* que idade você tinha quando isso aconteceu (quando percebeu a existência da política)?
P23a. Falando um pouco do passado, quando você era criança, pelo que você lembra, com que frequência sua mãe, seu pai ou outros adultos que te criaram:

- a. Acompanhavam o noticiário sobre política
- b. Conversavam entre eles sobre política?
- c. Quando tinha eleições, envolviam-se em campanha para algum candidato ou partido?
- d. iam a atos públicos em apoio ou em protesto a alguém ou a alguma causa?
- e. Participavam de reuniões de algum partido, sindicato, associação ou entidade em defesa de causa?
- f. Levavam você a alguma reunião ou ato político?

Nesta pergunta, os entrevistados deveriam, para cada uma das alternativas, responder entre *1. Sempre; 2. De vez em quando; 3. Raramente; 4. Nunca; 5. Não sabe/não lembra.*

P24a. Ainda quando era criança ou adolescente, em que ambientes fora da família você lembra de conversar sobre política, de fazer ou de participar de alguma atividade ou organização a favor ou contra alguma causa?

A primeira mostra a idade do entrevistado(a) quando perceberam a existência da política e se relaciona à P5, que pedia para que eles descrevessem esse momento; a segunda rastreia os hábitos mais e menos frequentes entre os pais ou responsáveis pelos entrevistados quando eles eram crianças; enquanto a terceira procura expor em que outros ambientes fora da família os entrevistados participavam de atividades de caráter político quando crianças ou adolescentes.

Para a construção de um primeiro índice prévio utilizando a P23a, o primeiro passo foi modificar a ordem das perguntas para *1. Nunca; 2. Raramente; 3. Não sabe/Não lembra; 4. De vez em quando; 5. Sempre*, para criar um gradiente com as respostas “não sabe” ou “não lembra” em uma posição intermediária e com pontuações maiores equivalente a uma maior socialização. Criamos então uma nova variável, cujo valor mínimo era 6 para os que responderam nunca em todas e 30 para os que responderam sempre em todas. Definimos pontos de corte observando os pontos da escala e chegamos à seguinte distribuição de frequência:

Socialização Primária						
	Nenhum	Pouco	Médio/ Baixo	Médio/Alto	Alto	Total
Frequência	67	84	85	88	87	411
Percentual	16%	20%	21%	21%	21%	100%
Pontos de corte	0	7 a 11	12 a 17	18 a 24	25 a 30	

Já o segundo índice prévio foi construído a partir da atribuição de pontuação de acordo com o número de respostas, que variou entre nenhuma e quatro respostas. Um maior número de respostas tornou-se equivalente a uma pontuação mais alta e a um envolvimento maior. Obtivemos a seguinte distribuição de frequências:

Socialização Secundária						
	Nenhum	Pouco	Médio/ Baixo	Médio/Alto	Alto	Total
Frequência	180	152	60	16	3	411
Percentual	44%	37%	15%	4%	1%	100%
Pontos de corte	Nenhuma resposta	Uma resposta	Duas respostas	Três respostas	Quatro respostas	

Para a construção do terceiro índice prévio com a P6, foram atribuídas pontuações para cada faixa de idade seguindo o seguinte critério:

Faixa etária	Até 11 anos	12 a 15 anos	16 a 18 anos	19 a 28 anos	30 a 96 anos
Pontuação	5 pontos	4 pontos	3 pontos	2 pontos	1 ponto

As faixas de menor idade obtêm uma pontuação maior pois entende-se aqui que uma exposição precoce à política indicaria um contato maior e uma prolongada socialização com o tema e a prática, o que, aqui, corresponderia a uma *alta socialização política* do entrevistado. O contrário - uma exposição tardia à política - indicaria aqui uma *baixa socialização política* e, portanto, obtêm uma pontuação menor para a construção do índice.

Os casos em que os entrevistados não responderam uma idade específica, correspondentes a 10% da amostra, foram realocados a partir de um cálculo envolvendo o pré-índice criado a partir dos dois primeiros índices, de socialização primária e secundária, a fim de distribuir de forma aproximada à realidade do eleitorado e neutralizar essa população no resultado final. Obteve-se então a seguinte distribuição de frequência:

Faixas etárias recalculadas		
Pontuação	Frequência	Percentual
1	46	11%
1,5	12	3%
2	75	18%
2,5	4	1%
3	136	33%
3,5	2	1%
4	84	20%
5	52	13%
Total	411	100%

Esses três índices prévios foram somados, gerando uma nova variável com valor mínimo 3 e máximo 13. Foram definidos os pontos de corte e geradas duas novas variáveis, a primeira com cinco faixas e a segunda, que foi utilizada nos cruzamentos, com três faixas. A seguir, a distribuição de frequência para o índice de socialização de três faixas.

Índice de Socialização Política (três faixas)				
	Baixa	Média	Alta	Total
Frequência	142	200	69	411
Percentual	35%	49%	17%	100%
Pontos de corte	3 a 6	7 a 9	10 a 13	

4.2.1. Autoclassificação e socialização

Autoclassificação e Socialização			
	Alta	Média	Baixa
Esquerda	30%	18%	16%
Centro	21%	19%	16%
Direita	13%	27%	23%
Outras/Não sei	36%	38%	44%

Total	100%	100%	100%
--------------	------	------	------

Esse cruzamento mostra duas coisas interessantes: primeiro, entre os indivíduos que em nossa análise foram considerados como tendo uma alta socialização política, a maior parte se coloca no espectro enquanto sendo de esquerda (30%); e, entre aqueles que foram considerados como tendo uma baixa socialização política, a maior parte classifica-se como sendo de direita (23%). Outro aspecto interessante aqui evidenciado é o alinhamento daqueles que não se posicionam no espectro com a direita, ambos figurando em peso entre aqueles que apresentam baixa socialização política.

4.3. Índice de Conservadorismo Econômico

P35A. Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda ou se discorda delas. Totalmente ou em parte?

Frases	A favor		Nem a favor nem contra/Não sabe		Contra
Totalmente	Em parte		Em parte		Totalmente
Só não se dá bem na vida quem não se esforça	5	4	3	2	1
Tudo o que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos com a maior igualdade possível	1	2	3	4	5
Para ser mantida a ordem, as leis devem ser obedecidas sempre, mesmo se forem injustas	5	4	3	2	1

O governo só deveria cuidar de serviços essenciais, quanto menos governo, melhor	5	4	3	2	1
Por mais que se queira mudar as coisas, sempre vão existir ricos e pobres	5	4	3	2	1
Pontos de corte	25 - 17		16 - 13		12 - 6
	Mais conservador		Moderado		Menos conservador

A pontuação foi definida como um *continuum* de 5 a 25, indo respectivamente do menos ao mais conservador. Foi considerado conservador quem concordou totalmente e em parte com as frases, com exceção daquela que diz que “tudo que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos com a maior igualdade possível”. Essa frase, tendo caráter não conservador, teve a pontuação invertida, para que o índice se mantivesse coerente. Foi construída uma versão final dividida em dois grupos:

Menos conservador	Mais conservador
5 – 13	14 - 25

4.3.1 Autoclassificação e Conservadorismo Econômico

A partir do índice mostrado anteriormente, é possível analisar como se comportam as pessoas que se autoclassificam:

Autoclassificação e Conservadorismo Econômico		
	Menos conservador	Mais conservador
Esquerda	34%	14%
Centro	24%	24%
Direita	19%	40%
Outras/Não sei	24%	22%
Total	100%	100%

O índice é coerente com as autoclassificações, uma vez que a esquerda se enquadra como menos conservadora economicamente, e a direita se concentra na parcela mais conservadora. Nesse caso, aqueles que não se autoclassificaram não apontaram para uma tendência clara na escala de conservadorismo econômico.

4.4. Índice de Comportamento Identitário

P18B. Independentemente dos candidatos atuais, vou falar algumas características que um candidato pode ter e gostaria que você dissesse se: *um*, você poderia votar em um candidato com essas características; *dois*, dificilmente votaria; ou *três*, não votaria com certeza em um candidato ou candidata...

O Índice de Comportamento Identitário mobilizou as categorias da P18 relativas a questões de identidade, tais como tópicos LGBT, sobre mulheres e pessoas negras. As categorias selecionadas receberam a seguinte pontuação:

	Poderia votar	Não sabe	Difícilmente votaria	Nunca votaria
Que é gay ou lésbica	4	3	2	1
Que é mulher	4	3	2	1
Que é transexual	4	3	2	1
Que é negro(a)	4	3	2	1
Que defende que casais do mesmo sexo adotem filhos	4	3	2	1
Pontos de corte	4 – 2,20		2 – 1,20	1
	Não discriminatório		Moderado	Discriminatório

A pontuação foi classificada em uma escala de 1 a 4, indo respectivamente do discriminatório ao não discriminatório. Foi considerado discriminatório quem respondeu que não votaria em LGBT, mulher, negro(a) e que defende adoção para casais homossexuais ($5/5 = 1$). No extremo oposto, o não discriminatório poderia votar em candidatos com qualquer uma dessas características ($20/5 = 4$). Porém, tendo em vista a variância decorrente do agrupamento em três categorias, foi construída uma versão final

dividida em duas:

Discriminatório	Não discriminatório
1	1,20 – 4
$5/5 = 1$	$20/5 = 4$

4.4.1. Autoclassificação e Comportamento Identitário

A partir do índice mostrado acima, é possível analisar como se comportam as pessoas que se autoclassificam:

Autoclassificação e Índice de Comportamento Identitário		
	Não discriminatório	Discriminatório
Esquerda	17%	11%
Centro	17%	7%
Direita	17%	15%
Outras/Não sei	49%	67%
Total	100%	100%

Nesse caso, apresentar ou não comportamento discriminatório não é determinante para aqueles que se autoclassificam. Entretanto, é notável que a categoria “Outras/Não sei” se concentra mais no polo do comportamento discriminatório (embora também esteja presente em grande proporção dentro do comportamento não discriminatório). Mais uma vez, aqueles que optam por não se classificar demonstram comportamento mais conservador.

4.5. Índice de Comportamento Punitivista

P18B. Independentemente dos candidatos atuais, vou falar algumas características que um candidato pode ter e gostaria que você dissesse se: *um*, você poderia votar em um candidato com essas características; *dois*, dificilmente votaria; ou *três*, não votaria com certeza em um candidato ou candidata...

O Índice de Comportamento Punitivista foi construído a partir de categorias da variável P18, presente em metade da amostra. A partir dessa questão, foram selecionadas quatro categorias, que receberam as seguintes pontuações:

	Poderia votar	Não sabe	Difícilmente votaria	Nunca votaria
Defende a pena de morte	4	3	2	1
Defende a redução da maioria penal	4	3	2	1
Defende a legalização do aborto	1	2	3	4
Defende a legalização da maconha	1	2	3	4
Pontos de corte	1 - 2		2,25 - 3	3,25 - 4
	Punitivista		Moderado	Não punitivista

Quanto a pontuação, foi criada uma escala de 1 a 4, indo respectivamente do mais ao menos punitivista. Foi necessário inverter a ordem de duas das categorias incluídas para que a pontuação fizesse sentido: as duas primeiras categorias (defende a pena de morte e defende a redução da maioria penal) vão no sentido de um maior grau de punitivismo, enquanto as duas últimas (defende a legalização do aborto e defende a legalização da maconha) indicam menor punitivismo, com uma direção mais liberalizante. Porém, tendo em vista a variância decorrente do agrupamento em três categorias, foi construída uma versão final dividida em duas:

Punitivista		Não punitivista	
1	2,75	3	4
4/4 = 1	8/4 = 2	15/4 = 3,75	16/4 = 4

4.5.1. Autoclassificação e Comportamento punitivista

A partir desse índice, é possível analisar como se comportam as pessoas que se autoclassificam:

Autoclassificação e Comportamento Punitivista		
	Não punitivista	Punitivista
Esquerda	23%	7%
Centro	16%	10%
Direita	11%	20%
Outras/Não sei	50%	63%
Total	100%	100%

É possível notar que a esquerda e o centro são majoritariamente não punitivistas, enquanto a direita é predominantemente punitivista. Além disso, o que mais se destaca é o alto índice (63%) de pessoas que não se identificam no espectro ideológico classificadas como punitivistas. O número é inclusive superior à direita propriamente dita. Esse dado indica a tendência conservadora relacionada àqueles que não se identificaram.

4.6. Escolaridade

A escolaridade no Brasil, além de ser um importante indicador em si mesmo, também está fortemente atrelada à renda do entrevistado, sendo que os dois indicadores costumam ser diretamente proporcionais (quanto maior a renda, maior a escolaridade). Aqui, analisar o posicionamento político a partir da escolaridade também sugere um posicionamento político de classe econômica:

Autoclassificação e escolaridade			
	Até Fundamental	Médio (incompleto ou completo)	Superior (incompleto ou completo e mais)
Esquerda	14%	15%	29%
Centro	9%	23%	22%
Direita	28%	18%	25%
Outros/Não sei	50%	44%	25%
Total	100%	100,0%	100%

Primeiramente, é importante notar que a autoclassificação aumenta com a escolaridade. Tanto entre aqueles que estudaram somente até algum ano do fundamental quanto entre os que têm ensino médio completo ou incompleto, há uma maior concentração das respostas na categoria “Outros/Não sei”, enquanto entre os que começaram ou terminaram o superior a distribuição é mais equilibrada.

Entre os que se classificam, é possível observar um aumento na porcentagem dos que se consideram de esquerda conforme aumenta a escolaridade. Já com relação aos que se autoclassificam como de direita, é possível notar porcentagens maiores no fundamental e no ensino superior do que entre os que cursaram o ensino médio. Para este artigo, não avançamos na análise das respostas abertas à pergunta P32, que explora o que os

entrevistados entendem por ser politicamente pertencente ao grupo em que se inseriram. Mas a nossa hipótese é que, apesar das proporções de pessoas que se autoclassificam à direita serem parecidas entre aqueles que estudaram somente até o fundamental e os que chegaram ao ensino superior, os primeiros não dominam os conceitos de esquerda e direita tal qual os segundos. Assim, acreditamos que respostas como “direita é o certo e esquerda o errado” ou “direita é a situação e esquerda oposição” são mais frequentes entre aqueles que têm baixa escolaridade, enquanto respostas com uma maior mobilização de conceitos apareceriam mais entre os que têm escolaridade avançada.

4.7. Ocupação

Para se classificar as ocupações dos entrevistados, foi utilizado o esquema de classes desenvolvido a partir das teorias de Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1979), sucintamente exposta por André Salata e Celi Scalon (2012) da seguinte forma:

O esquema de classes EGP é construído a partir das informações ocupacionais e seu objetivo é ‘diferenciar posições dentro do mercado de trabalho e das unidades produtivas.’ Na construção desse esquema, o primeiro critério de distinção separa empregadores, autônomos e empregados. O segundo critério é aplicado somente aos empregados [...], e separa as ocupações levando em conta o tipo de contrato de trabalho. (SALATA, SCALON, 2012, p. 394).

Para nossa utilização, dadas limitações do banco, foi utilizada a divisão em quatro classes, previstas por Goldthorpe (BREEN apud WRIGHT, 2015) que seguem (entre parênteses, a frequência encontrada em nossa amostra): I - Classe de Serviços [profissionais, gerentes e administradores] (25%); II - Classe Intermediária [Empregados de rotina não-manuais de nível alto e supervisores] (16%); III - Classe Manual [empregados de rotina não-manuais de nível baixo; trabalhadores manuais qualificados e não-qualificados] (54%); IV - Empresários e Autônomos (5%).

Autoclassificação e EGP				
	I	II	III	IV
Esquerda	27%	19%	16%	10%
Centro	21%	28%	14%	19%
Direita	24%	17%	25%	14%
Outras/Não sei	27%	37%	44%	57%
Total	100%	100%	100%	100%

Esse cruzamento nos mostra, em todas as categorias profissionais, uma grande concentração na não-classificação. Destaca-se também que, entre as três classes de trabalhadores contratuais, a não-classificação aumenta conforme diminui a qualificação do trabalho⁶. Na classe II é importante destacar a predominância do centro (28%); e na classe III, da direita (25%).

6. Conclusão

Dada a análise bibliográfica e dos dados empreendidas, é interessante que se note algumas coisas.

A primeira conclusão que podemos obter é que a divisão entre esquerda e direita ainda é presente e válida, sendo clara a polarização que ela mobiliza (ou representa) no eleitorado paulistano. Primeiro, como já apontado quando discutido o engajamento político, a própria identificação dos conceitos e *com* eles já denota uma divisão entre o eleitorado - evidência de que as palavras não são vazias, como coloca Bobbio, mas sim que mobilizam significados presentes na população. Conforme se aumenta a participação política, o alinhamento também aumenta; além disso, a alta socialização política também aumenta a autoclassificação - sinal de que participar desse universo é também apropriar-se dos termos pelo qual ele opera.

Os índices de conservadorismo econômico e punitivista também se mostram como polarizantes, ou seja, concentram pessoas em lugares opostos da díade também em lugares opostos em suas opiniões e concepções a respeito dos temas tratados. Indicadores sociais como escolaridade e ocupação também são polarizantes, talvez denotando como tais posições e aquisições sociais se conectam e influenciam o entendimento das categorias.

Segundo, os dados demonstram como a população paulistana se divide em diversos tópicos da vida social e política. Aqueles que se classificam como sendo de esquerda se apresentam como mais engajados politicamente, com um maior nível de socialização política, sendo menos conservadores economicamente e punitivamente, além de menos discriminatórios; apresentando ainda maior escolaridade. A direita, por outro lado, é menos engajada politicamente, apresenta menor socialização política, menor

escolaridade, bem como são os mais conservadores em questões econômicas e punitivistas. Assim, observa-se resultados de certa forma presentes em discursos correntes a respeito do que se entenderia pelos termos da díade. Talvez os resultados mais surpreendentes a serem destacados seriam o que diz respeito ao comportamento identitário - sendo este pouco determinante no que diz respeito à classificação no espectro - e quanto à ocupação, sendo que as classes profissionais menos qualificadas apresentam um pequeno aumento na classificação à direita. Resultados assim de certa forma contrariam expectativas e podem demonstrar fontes interessantes para futuras pesquisas, especificamente desenhadas para melhor entender como a díade opera nessas categorias.

De forma geral, podemos perceber que o eleitorado encontra e frustra algumas expectativas - mas que a divisão ainda é válida, e que sua mobilização cruzada com a sondagem de outros aspectos da vida social é fundamental para compreendê-la, principalmente em sua ação política; e que os termos não são unívocos e imutáveis, ao mesmo tempo que não são vazios: devem ser analisados e questionados, para uma maior compreensão deles mesmo e do que pretendem representar.

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significações de uma distinção política*. Fundação Editora UNESP. São Paulo, 1995, 2ª Reimpressão.

BREEN, R. "Fundamentos de uma análise de classe neweberiana". In: WRIGHT, E. O. *Análise de Classe: abordagens*. Rio de Janeiro, Vozes, 2015.

FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Editora Sumaré. São Paulo, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Para além da Esquerda e da Direita: O Futuro da Política Radical*. Fundação Editora UNESP. São Paulo, 1996, 1ª edição.

PETERSEN, Thomas. *Split Ballot as an Experimental Approach to Public Opinion Research*. In: DONSBACH, W. & TRAUGOTT, M. W. (2008). *The sage handbook of public opinion research* London: SAGE Publications Ltd. doi: 10.4135/9781848607910.

SALATA, A.; SCALON, M. C. "Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica". *Sociedade e Estado*, 2 (27), 2012.

ERIKSON, R. GOLDTHORPE, J. H. PORTOCARERO, L. "Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies". *British journal of Sociology*, n. 30, 1979, p. 415-441.

RUGG, D.; CANTRIL, H. (1942). *The wording of questions in public opinion polls*. The Journal of Abnormal and Social Psychology. Volume 37, Issue 4.